



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Plano Diretor de Tecnologia da

Informação e Comunicação - 2019/2020

Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN

Dezembro
2018



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente

Des. Francisco Gladyson Pontes

Vice-Presidente

Des. Washington Luis Bezerra de Araújo

Corregedor-Geral da Justiça

Des. Francisco Darival Beserra Primo

Secretária

Denise Maria Norões Olsen



EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Gerente de Governança de TI, em substituição

Marcio Bezerra de Menezes Serpa

Gerente de Governança de TI

Rafael Garcia Barbosa

Gerente de Infraestrutura de TI

Cristiano Henrique Lima de Carvalho

Gerente de Sistemas

Monica Nepomuceno Santiago Crisóstomo

Apoio Técnico

Francisco Moacir da Silva Medeiros

Supervisor

Adarildo de Brito Figueiredo

Técnico Judiciário

Vanessa de Sousa Frutuoso



APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC é um instrumento que define as ações de Tecnologia da Informação que apoiam as atividades finalísticas do órgão. De forma complementar ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC, o PDTIC engloba aspectos táticos para execução da estratégia de Tecnologia da Informação do órgão.

Em síntese, os principais pontos apresentados neste documento são:

- Referencial Estratégico de TI;
- Inventário das Necessidades identificadas no TJCE, que estão relacionadas à área de TI;
- Plano de Investimentos e Custeio para as ações que envolvem contratações;
- Plano de Gestão de Riscos, que apresenta a análise e o tratamento dos riscos, segundo critérios de aceitação de riscos.

A elaboração do PDTIC 2019-2020 teve como ponto de partida o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2015-2020 (PETIC), que foi construído em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020 e ainda o Plano Diretor 2017-2018. Nesse contexto, o PDTI propiciará uma agenda de trabalho para que a Secretaria de Tecnologia da Informação – Setin contribua efetivamente no alcance dos desafios vislumbrados pelo TJCE, permitindo que o órgão realize sua missão como instituição.



SUMÁRIO

1	Introdução	1
2	Termos e Abreviações	2
3	Metodologia Aplicada	3
4	Documentos de Referência	4
5	Princípios e Diretrizes	6
6	Referencial Estratégico de TI	7
6.1	Mapa Estratégico de TI	7
6.2	Matriz Swot da TI Organizacional	8
7	Estrutura Organizacional da Unidade de TI	10
7.1	Estrutura e Competência	10
7.2	Quadro de Pessoal da Setin	12
7.3	Inventário de Recursos de TIC	13
8	Resultados do Plano Diretor de TIC - 2017/2018	24
9	Inventário de Necessidades	25
9.1	Critérios de Priorização	25
9.2	Necessidades por ordem de Priorização	27
9.3	Necessidades não elencadas para o PDTIC 2019-2020	36
10	Plano de Contratações*	40
11	Proposta Orçamentária de TI	42
11.1	Investimento 2019	42
11.2	Investimento 2020	42
11.3	Custeio 2019	43
11.4	Custeio 2020	43
11.5	Base de Cálculo	44
11.6	Orçamento Geral	44
12	Plano de Gestão de Risco	46
12.1	Critérios de análise dos riscos	46
12.2	Identificação e tratamento dos riscos	49
13	Fatores Críticos de Sucesso	50
14	Conclusão	52



1 Introdução

Este documento tem por objetivo apresentar o Plano de Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC do Poder Judiciário do Estado do Ceará – TJCE com vigência para 2019-2020. O PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação para atender às necessidades do TJCE e auxiliá-lo no alcance dos seus objetivos e metas institucionais.

O PDTIC contempla a demanda de aquisições, projetos e ações de TI indispensável para o desenvolvimento dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Trata-se de um instrumento fundamental para que se executem, de forma eficiente, as metas traçadas pelo PETIC 2015-2020 e se contribua para o cumprimento dos objetivos estratégicos do órgão.

Neste sentido, deve-se observar que é indispensável um planejamento que contenha as ferramentas adequadas, bem como as orientações e normativos estabelecidos pelos órgãos de controle, promovendo a otimização dos recursos destinados a TI.

É relevante destacar que o PDTIC é um documento de nível tático, portanto considera-se que seu caráter é dinâmico, uma vez que poderá ser alterado na medida em que o CGTI assim delibere, já que sua finalidade precípua será a de manter o alinhamento da TI às estratégias e prioridades do TJCE.

Nesse contexto, a Setin percebe a oportunidade de posicionar-se estrategicamente a serviço do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, integrando-se com as outras unidades organizacionais, de forma a contribuir nas ações estratégicas que orientam o TJCE para a consecução de seus objetivos.



2 Termos e Abreviações

Os conceitos relacionados a termos técnicos, convenções e abreviações, mencionados no decorrer deste documento, são apresentados abaixo.

TJCE	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
COBIT	<i>Control Objectives for Information and related Technology</i>
IN	Instrução Normativa
EQPDTIC	Equipe de Elaboração do PDTIC
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PETIC	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
SETIN	Secretaria de Tecnologia da Informação
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI/MP	Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento



3 Metodologia Aplicada

A elaboração do PDTIC seguiu o Guia de Elaboração de PDTI do SISP, publicado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do MPOG, com as devidas adaptações para as condições existentes no Poder Judiciário do Estado do Ceará, bem como considerando o atual nível de maturidade de governança de TI do órgão.

A metodologia utilizada orientou o desenvolvimento do PDTIC em três fases principais: Preparação, Diagnóstico (situação atual) e Planejamento (situação desejada).

A primeira fase da elaboração do PDTIC foi a Preparação, na qual foram realizadas as tarefas necessárias para a organização do projeto de elaboração do PDTIC, que resultou na definição da Equipe de Elaboração do PDTI (EQPDTI) e nas orientações e procedimento a serem adotados. Ressalta-se a modelagem e publicação dos processos de Ciclo de Vida do Plano de Diretor de TIC são subsídios nesta fase de elaboração.

Iniciando a fase de Diagnóstico foi identificada a situação da TI e todas as necessidades e demandas que precisam ser atendidas. Para isso, a equipe de elaboração do PDTIC revisou os materiais produzidos durante a elaboração do PETIC 2015-2020, analisou também os resultados alcançados na vigência do PDTIC 2017-2018, abordou novamente as áreas de negócio e consultou os responsáveis por cada área da Setin.

A partir do Diagnóstico, a próxima fase executada foi a de Planejamento. Nesta fase, cada necessidade identificada no inventário de necessidades teve a sua prioridade estipulada, para posterior definição de metas e ações para o seu atendimento. Desse inventário foram criados planos específicos como, Plano de Contratações, Plano Orçamentário e Plano de Gestão de Riscos.



4 Documentos de Referência

O PDTIC segue as diretrizes, padrões, normas e orientações de políticas do TJCE, como também as políticas governamentais de conhecimento público.

Abaixo são apresentados os documentos de referência que serviram como material de apoio e consulta na elaboração do Plano.

DR1	Plano Estratégico TJCE 2015-2020
Documento que contém o mapa estratégico, direcionadores, objetivos, programas estratégicos e indicadores que definem as diretrizes institucionais do TJCE.	
DR2	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC 2015-2020
Documento que contém o mapa estratégico, direcionadores, objetivos, programas estratégicos e indicadores que definem as diretrizes de TI do TJCE.	
DR3	Plano Plurianual – Governo do Estado do Ceará
Programa 500: Gestão e Manutenção do TJ. Programa 036: Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional.	
DR4	Lei Orçamentária Anual – Governo do Estado do Ceará
Orçamento Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	
DR5	Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015 – Conselho Nacional de Justiça
Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	
DR6	Resolução nº 182, de 17 de outubro de 2013 – Conselho Nacional de Justiça
Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação.	



DR7	Resolução nº 182, de 17 de outubro de 2013 – Conselho Nacional de Justiça
Dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.	
DR8	Guia de Elaboração de PDTI do SISP – Versão 2.0 beta – 2015
Tem por finalidade disponibilizar informações para auxiliar a elaboração de um PDTI.	
DR9	COBIT
Modelo de controle para governança de TI atualizado e internacionalmente reconhecido para ser adotado por organizações e utilizado no dia a dia por gerentes de negócios, profissionais de TI e profissionais de avaliação.	
DR10	ITIL
Conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação.	
DR11	PMBOK 5ª edição
Conjunto de conhecimentos em Gerenciamento de Projetos.	
DR12	BPM CBOK V3.0
Conjunto de conhecimentos em Gerenciamento de Processos.	



5 Princípios e Diretrizes

Os seguintes Princípios e Diretrizes nortearam a elaboração deste PDTIC:

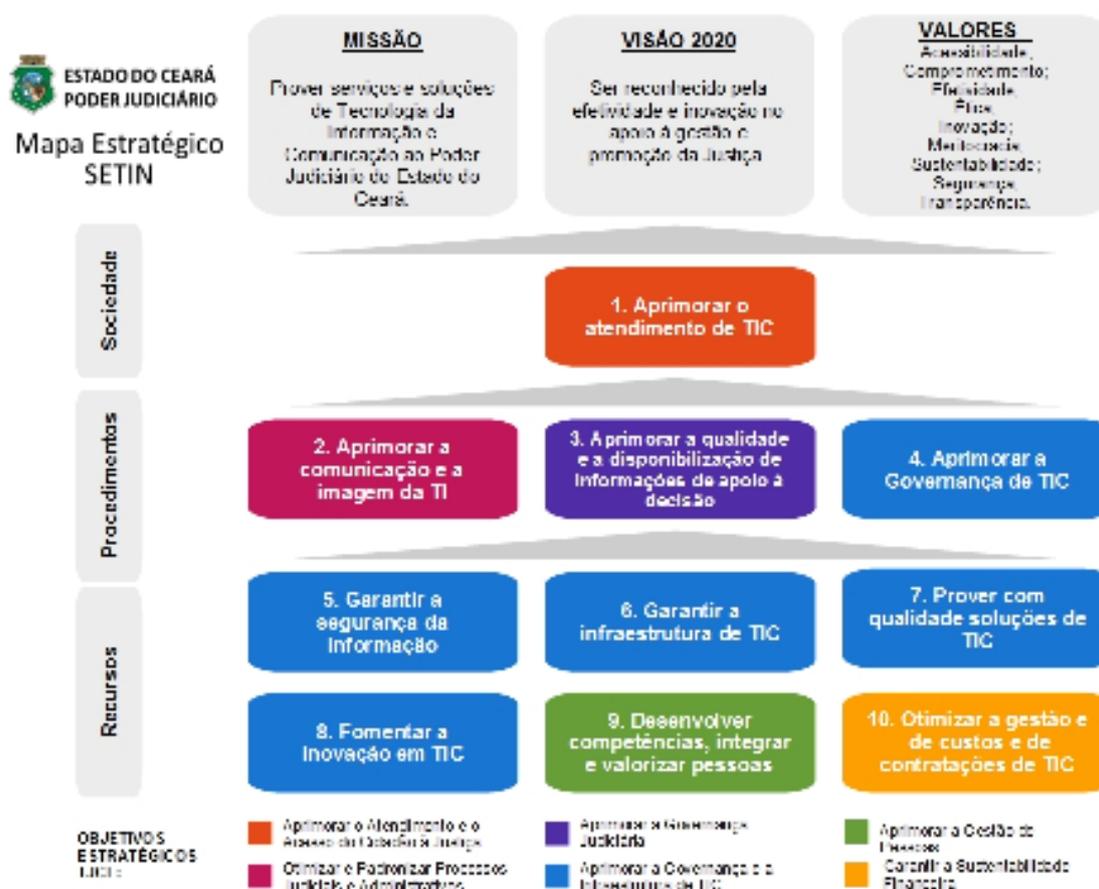
PD1	Todos os serviços e processos de TI críticos para a organização devem ser monitorados (planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados).
<i>COBIT / ITIL</i>	
PD2	Mapa estratégico, indicadores, metas e programas estratégicos da Setin para o período 2015-2020.
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC 2015-2020	
PD3	Fornecimento de recursos e serviços de TI às áreas de negócio de maneira a maximizar os benefícios e minimizar os riscos, sempre alinhados à estratégia organizacional.
<i>COBIT</i>	
PD4	O Plano de Contratações de TIC do órgão deverá ser elaborado no exercício anterior ao ano de sua execução, pela área de Tecnologia da Informação e Comunicação, em harmonia com o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).
Resolução nº 182, de 17 de outubro de 2013 – Conselho Nacional de Justiça	
PD5	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
Resolução nº 211, de 29 de setembro de 2009 – Conselho Nacional de Justiça	



6 Referencial Estratégico de TI

A priorização dos projetos estratégicos e iniciativas, além do planejamento de contratações e de recursos humanos constantes neste PDTIC foram realizados em consonância com o PETIC 2015-2020, o qual procurou alinhar os objetivos estratégicos da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) aos objetivos estratégicos do TJCE, constantes no Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará 2015-2020, conforme apresentado no mapa estratégico a seguir.

6.1 Mapa Estratégico de TI





6.2 Matriz Swot da TI Organizacional

AMBIENTE INTERNO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ol style="list-style-type: none">1. Alinhamento e comunicação interna;2. Digitalização de processos (Processo Eletrônico na Capital);3. Utilização da resolução 182 do CNJ;4. Processo de desenvolvimento de software;5. Roteiros definidos de atendimento aos usuários (CATI);6. Equipamentos de TI atualizados tecnologicamente na Capital;7. Monitoramento dos sistemas críticos e do ambiente de rede;8. Instalação de dispositivos de segurança em parte das unidades do TJCE;9. Portal Petição Eletrônico Judicial disponível 24h;10. Integração de todas as unidades à rede de dados do TJCE;11. Boa disponibilidade de serviços de infraestrutura e administrativos;12. Modernidade e integração em sistemas de gerenciamento de processos administrativos e de RH;13. Alinhamento com o CNJ na implantação do PJE;14. Consulta processual unificada;15. Sistema judicial virtual para Capital e 2º grau;16. Existência dos fiscais de contratos e gestores dos sistemas;17. Arquitetura de referência definida para novos sistemas;18. Atendimento adequado para chamados mais simples;19. Procedimento de feedback para os usuários – Assyst;20. Utilização de boas práticas de mercado – ITIL, COBIT, PMBOK, CBOK, CMMI;21. Alto nível de conhecimento e comprometimento dos servidores responsáveis pelos treinamentos;22. Elaboração e monitoramento do PETIC;23. Coordenadoria de projetos e núcleo de processos setorial;24. Existência dos analistas de negócio no FCB;25. Coordenadoria de Gestão Administrativa estruturada;26. Capacitação da força de trabalho em gestão contratual;27. Controle individual dos contratos;28. Aplicação da IN04;29. Bom conhecimento do negócio pelos analistas;30. Equipe com boa capacitação técnica, coesão e comprometimento;31. Vinculação das metas com a qualificação de pessoal;32. Existência de cargos específicos para TI.	<ol style="list-style-type: none">1. Ruídos na comunicação e no alinhamento entre serviços e com áreas de negócio;2. Falta de priorização das demandas;3. Carência de padronização de processos e documentações;4. Insuficiência nas visitas técnicas programadas aos setores fins;5. Falta de apoio jurídico na elaboração dos termos de referência;6. Deficiência no processo de desenvolvimento de software;7. Carência de controles de segurança e riscos de TI;8. Falta de reuniões de trabalho entre divisões;9. Falta de proatividade em melhorias de processos e sistemas (inovação);10. Ausência de <i>benchmarking</i> com outros tribunais;11. Deficiência de suporte na terceirização de sistemas;12. Forte dependência de fornecedores de sistemas;13. Falta de clareza na definição de responsabilidades no desenvolvimento e manutenção de software;14. Falta de padronização no desenvolvimento de software entre Setin e FCB;15. Ausência de procedimentos de comunicação;16. Estrutura organizacional inadequada;17. Falta de ferramentas para extração e uso de informações gerenciais;18. Falta de estrutura física para novos servidores;19. Necessidade constante de atualização tecnológica;20. Baixa qualidade de alguns softwares;21. Existência de vários sistemas com funções semelhantes;22. Baixa disponibilidade dos equipamentos de TI;23. Baixo nível de absorção tecnológico dos sistemas administrativos e judiciais;24. Inexistência de backup corporativo;25. Falta de login unificados;26. Problemas no atendimento de evoluções e de novos sistemas;27. Quantidade insuficiente de treinamentos dos usuários;28. Falta de atuação na pesquisa de satisfação do cliente;29. Inadequação na avaliação geral dos atendimentos;30. Deficiência de recursos financeiros;31. Insuficiência de investimento na infraestrutura e nos equipamentos de TI;32. Inexistência de Centro de Custo;33. Controle manual dos contratos;34. Equipe reduzida para a quantidade de demandas;35. Falta de cursos em áreas de negócio;36. Capacitações comumente ofertadas fora do horário de expediente;



AMBIENTE EXTERNO	
Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none">1. Possibilidade de convênios com outras instituições para racionalizar procedimentos e recursos;2. Utilização do conhecimento colaborativo;3. Normativos do CNJ, TCU e outras instituições de controle;4. Levantamento de competências;5. Disponibilização de ferramentas nacionais por parte do CNJ;6. Padronização de sistemas judiciais;7. Adoção de ferramentas de mobilidade corporativa;8. Doações de equipamentos pelo CNJ;9. Surgimento de novas tecnologias e dispositivos;10. Aproveitamento dos sistemas do CNJ e de outros órgãos;11. Utilização do Cinturão Digital no interior;12. Instalação de dispositivos de segurança em parte das unidades do TJCE;13. Eventos de TI em outros órgãos;14. Cursos e/ou certificações de mercado;15. Aumento da disponibilidade na replicação/balanceamento de dados;16. Fontes de financiamento de TI;17. Utilização de Redes Sociais;18. Divulgação da CATINET;19. Expansão do Assyst para outras áreas;20. Melhoria da comunicação com os usuários;21. Padronização de solicitações relacionadas à TI;22. Parceria com a SGP para viabilização de capacitações;23. Modelo de melhoria de governança de TI padronizado pelo CNJ (iGovTIC-JUD);24. Existência da plataforma EAD para capacitações;25. Concurso público com vagas específicas para TI;26. Desenvolvimento de política de valorização dos servidores.	<ol style="list-style-type: none">1. Desconhecimento da potencialidade das informações armazenadas pela TI;2. Baixa qualidade da informação de negócio armazenada;3. Possibilidade de descontinuidade dos serviços prestados por fornecedores;4. Descumprimento contratual da empresa terceirizada;5. Pouca participação das áreas judiciárias e administrativas no desenvolvimento dos sistemas;6. Constante evolução tecnológica;7. Imposição de uso de sistemas do CNJ e outros órgãos;8. Aumento de crimes cibernéticos;9. Necessidade de altos investimentos em TI;10. Limitação de recursos orçamentários para investimentos em novos projetos e custeio;11. Aumento do custo de novas tecnologias e atualização constante do parque tecnológico;12. Variação cambial;13. Impossibilidade de previsão de prazos devido à dependência de terceiros;14. Resistência dos usuários em abrir chamados;15. Insuficiência de dados fornecidos pelos usuários na abertura de chamados;16. Má utilização do sistema de abertura de chamados pelos usuários;17. Baixo interesse dos usuários em conhecer e usar as ferramentas em uso no TJCE;18. Concursos públicos concorrente e evasão de servidores para outras áreas;19. Baixa adesão da área de negócio no apoio à TI.



7 Estrutura Organizacional da Unidade de TI

A Setin é a Secretaria responsável por organizar, manter e fornecer os serviços e recursos de TI, bem como desenvolver, implementar, documentar e manter sistemas de informação, visando atender às necessidades das demais Secretarias e unidades do TJCE.

7.1 Estrutura e Competência

A estrutura organizacional da Setin, conforme Lei Estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017, alterada pela [Lei Estadual nº 16.505/2018](#), consiste em:

Estado do Ceará Poder Judiciário **ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**





a) Compete à Gerência de Sistemas:

- I – Disponibilizar apoio técnico aos processos de decisão e de ações relacionadas a sistemas dos órgãos e entidades do Poder Judiciário cearense;
- II – Identificar soluções de sistemas de TI que atendam aos requisitos dos usuários;
 - Acompanhar, monitorar e coordenar as ações relacionadas ao desenvolvimento e sustentação de sistemas judiciais e administrativos do Poder Judiciário cearense;
- IV – Implantar, acompanhar e manter processo de desenvolvimento de software;
- V – Planejar, dirigir e coordenar as atividades de prospecção tecnológica relativa ao desenvolvimento de sistemas.
- VI – Atuar nas contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e na fiscalização técnica dos respectivos contratos, referentes à sua área de atuação, executando os procedimentos definidos nos normativos emanados pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle e legislação correlata;
- VII – Emitir relatórios gerenciais e estratégicos e recuperar informações não disponíveis em funcionalidades dos sistemas.

b) Compete à Gerência de Governança de TI:

- I – Apoiar a priorização e a implantação dos processos de governança de TI, além de orientar a criação e manutenção dos processos de TI, monitorando-os periodicamente em conjunto com as demais unidades competentes;
- II – Proporcionar o alinhamento das decisões relativas à TI e suas estratégias institucionais;
- III – Alinhar as conformidades de TI às estruturas-padrão de melhores práticas, às normativas técnicas e aos órgãos de controle;
- IV – Apoiar na elaboração e coordenar a execução do Plano Estratégico de TIC (PETIC) e do Plano Diretor de TIC (PDTIC) do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em alinhamento com a estratégia da organização.
- V – Atuar nas contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e na fiscalização técnica dos respectivos contratos, referente à sua área de atuação, executando os procedimentos definidos nos normativos emanados pelo Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle e legislação correlata.

c) Compete à Gerência de Infraestrutura de TI:

- I – Planejar, dirigir e coordenar as atividades de prospecção tecnológica, análise, especificação, desenvolvimento, implantação, manutenção e documentação relativas à infraestrutura operacional de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário cearense;
- II – Propor alternativas tecnológicas relacionadas aos produtos adotados e aos serviços prestados, com intuito de modernizar e aperfeiçoar os procedimentos;
- III – Efetuar estudos técnicos e elaborar projetos e planos de ação para a expansão ou modificação dos equipamentos e dos programas utilizados no âmbito da Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em conformidade com metas e diretrizes estabelecidas.
- V – Atuar nas contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação e na fiscalização técnica dos respectivos contratos, referentes à sua área de atuação, executando os procedimentos definidos nos normativos emanados pelo Conselho Nacional de Justiça, órgãos de controle e legislação correlata



7.2 Quadro de Pessoal da Setin

O atual quadro de servidores da Setin se mostra inadequado qualitativa e quantitativamente para o desempenho das atribuições da Secretaria. Para elaboração deste PDTIC, foi realizado um estudo utilizando-se como base a metodologia proposta pelo Conselho Nacional da Justiça – CNJ, publicada por meio da Resolução 211 de 15 de dezembro de 2015, além do dimensionamento da capacidade de trabalho da Secretaria.

O cálculo utilizado na Resolução 211 do CNJ é realizado em função da demanda e do porte da organização. Consideram-se fatores como o número de usuários internos de recursos de TI, o grau de informatização, número de estações de trabalho, entre outros. Ainda de acordo com esta Resolução, em seu Anexo I, a força de trabalho total mínima recomendada para TIC é:

FORÇA DE TRABALHO TOTAL MÍNIMA RECOMENDADA PARA TIC		
Total de Usuários de recursos de TIC	% mínimo da força de trabalho de TIC (efetivos, comissionados e terceirizados)	Mínimo necessário de profissionais do quadro permanente
Até 500	7,00%	4,55%
Entre 501 e 1.500	4,00% + 15	2,60% + 9,75
Entre 1.501 e 3.000	3,00% + 30	1,95% + 19,5
Entre 3.001 e 5.000	1,50% + 75	0,975% + 48,75
Entre 5.001 e 10.000	1,00% + 100	0,65% + 65
Entre 10.001 e 20.000	0,50% + 150	0,325% + 97,5
Entre 20.001 e 40.000	0,25% + 200	0,1625% + 130
Acima de 40.000	0,10% + 260	0,065% + 169



De acordo com a Resolução 211 do CNJ, para um total de **9.650** usuários seriam necessários **197** profissionais na área de TI. Atualmente, o TJCE possui **161** profissionais na sua força de trabalho, conforme quadro de a seguir, necessitando-se de mais **36** profissionais para que seja mantida a força de trabalho mínima recomendada.

FORÇA DE TRABALHO DE TIC	
Usuários Internos*	6.835
Usuários Externos**	28.151
Total de Usuários	9.650
Mínimo de Força de Trabalho TIC	197
Total Força de Trabalho TIC***	161
Adicional Necessário	36

* Extraído da planilha de pessoas por lotação, excluindo-se a situação "em disponibilidade" e o grupo funcionário "Serventuários"

** Quantitativo de advogados, extraído do site da OAB Nacional

*** Servidores Setin/FCB; Estagiários; Terceirizados

7.3 Inventário de Recursos de TIC

Abaixo constam os levantamentos da situação atual dos recursos de TI disponíveis para atender as demandas de Tecnologia da Informação do TJCE.

7.3.1 Infraestrutura

Equipamentos de Infraestrutura de Rede de Dados			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
1	Servidores de Rede	33	Servidores Físicos
2	Servidores de Rede	556	Servidores Virtuais
3	Filtro de Conteúdo	2	Anti spam



Equipamentos de Infraestrutura de Rede de Dados			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
4	Filtro de Conteúdo	0	Webwasher
5	Unidade de Armazenamento	2	Hitachi
6	Unidade de Armazenamento	2	IBM V5000
7	Unidade de Armazenamento	1	IBM V7000
8	Unidade de Armazenamento	1	HUAWEI OceanStor 5600v3
9	Unidade de Backup	2	IBM Tape 4300
10	Unidade de Backup	2	IBM Tape 3500
11	Unidade de Backup	1	IBM Tape 3200
12	Pontos de Acesso	162	AP Cisco
13	Switches	15	Allied Telesis
14	Switches	576	Cisco
15	Switches	5	3COM
16	Links de Comunicação de Dados	229	OI \ Etice
17	Servidores de Rede	2	Netscaler
18	Servidores de Rede	2	Protocoladoras
19	Servidores de Rede	2	Controladora Wireless
20	Servidores de Rede	8	Riverbed
21	Solução de Segurança	0	Cisco Mars



Equipamentos de Infraestrutura de Rede de Dados			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
22	Solução de Segurança	0	IPS
23	Firewall	24	Cisco Asa 5505
24	Firewall	2	Cisco ASA 5550
25	Firewall	2	Palo Alto 5220

Equipamentos de Microinformática			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
1	Microcomputadores	7.220	Ativos
2	Notebooks	405	Ativos
3	Impressoras	1.169	-

Softwares de Infraestrutura			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
1	Sistema Operacional	366	Windows XP
2	Sistema Operacional	4497	Windows 7
3	Sistema Operacional	2574	Windows 8
4	Sistema Operacional	0	Windows Vista
5	Sistema Operacional	66	Windows Server 2003
6	Sistema Operacional	24	Windows Server 2008



Softwares de Infraestrutura			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
7	Sistema Operacional	108	Windows Server 2008 R2
8	Sistema Operacional	54	Windows Server 2012
9	Sistema Operacional	5	Windows 2000 Server
10	Software de Acesso Remoto	1	VNC
11	Software de Infraestrutura	7	Zabbix
12	Software de Infraestrutura	1	Pandora
13	Software de Infraestrutura	2	Cacti
14	Sistema Operacional	125	CentOS Linux
15	Sistema Operacional	165	Debian Linux
16	Sistema Operacional	21	Red Hat Enterprise Linux
17	Sistema Operacional	20	Oracle Linux
18	Sistema Operacional	1	Endian Firewall
19	Sistema Operacional	4	Unix Aix 6.1
20	Sistema Operacional	2	HP-Unix
21	Sistema Operacional	3	Open Suse
22	Sistema Operacional	98	Ubuntu
23	Sistema Operacional	20	ESXi 6.0



Softwares de Infraestrutura			
ID	Tipo	Qtde.	Observações
24	Software de Infraestrutura	3	Kaspersky
25	Software de Infraestrutura	1	Cloud Control
26	Software de Infraestrutura	1	TSM Server
27	Software de Infraestrutura	1	Hitachi Storage Navigator Modular 2
28	Software de Infraestrutura	1	IBM System Storage DS
29	Software de Infraestrutura	1	Exchange

7.3.2 Sistemas

SOLUÇÕES DE TIC			
ID	SIGLA	Descrição	Área Gestora
1	AssistentePessoal	Sistema de apoio ao servidor no acompanhamento de seus compromissos	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
2	BDJUR	Sistema de Biblioteca Digital	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESMC)
3	BPMEx	BPM Extension - Módulo de Relatórios de Gestão de Processos de Negócios	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
4	CADARM	Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas	ASSISTÊNCIA MILITAR
5	CentralAtendimento	Controle da Central de Atendimento	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE FORTALEZA
6	CEPP	Coletor Estatístico Pai Presente	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA (CGJ)
7	CONCURSO REMOÇÃO	Concurso de Remoção para Servidores Efetivos	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
8	DESEMPENHO	Sistema para Progressão por Desempenho (Servidores)	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
9	EAD	Ensino a Distância	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)



SOLUÇÕES DE TIC			
ID	SIGLA	Descrição	Área Gestora
10	ESPACOSERVIDOR	Sistema que disponibiliza contracheque e demais informações para os servidores do Judiciário	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
11	Ferías Magistrados	Sistema de pré-cadastro das férias dos magistrados	SECRETARIA GERAL (SEGER)
12	FERIAS SERVIDOR	Sistema de programação de férias dos servidores.	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
13	FREQBIO	Sistema de controle de frequência em evento (Biometria)	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESMC)
14	Moodle	Sistema de Apoio à Aprendizagem.	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
15	PEIS	Portal de Envio de IRPF para Servidores	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
16	Ponto Eletrônico do Interior	Ponto Eletrônico do Interior	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
17	PORTAL FERMOJU	Portal de Aplicações de Consultas do FERMOJU	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
18	Quero Conciliar	Ferramenta para Solicitar Conciliação de processos	-
19	RHFACADE	Sistema de Fachada para acesso aos dados de RH	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
20	SAA	Sistema de Controle de Acessos aos sistemas do TJ	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
21	SADJUS	Sistema de Avaliação de Desempenho	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
22	SAJADM - ALX	Sistema de Gestão de Materiais e Almoxarifado	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECAD)
23	SAJADM - CPA	Sistemas de Controle de Processos Administrativos	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO (SEPLAG)
24	SAJADM - GRH	Sistemas de Gestão de Recursos Humanos	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
25	SAJADM - PEX	Sistema da Corregedoria (Portal do Extrajudicial)	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA (CGJ)
26	SAJADM - SCL	Sistema de Compras e Licitações	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECAD)
27	SAJADM - SCO	Sistema de Custos e Orçamentação	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA (SEINFRA)
28	SAJADM - SEG	Sistema de Segurança Integrada de Aplicações	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
29	SAJADM - SGF	Sistema de Gestão Financeira	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)



SOLUÇÕES DE TIC			
ID	SIGLA	Descrição	Área Gestora
30	SAJADM - SGV	Sistema de Gestão de Veículos	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECAD)
31	SAJADM - SIP	Sistema de Patrimônio	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECAD)
32	SAJADM - SMO	Sistema de Medição de Obras	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA (SEINFRA)
33	SAJADM - SPD	Sistema de Pedidos	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECAD)
34	SAUD	Sistema de Auditoria da Corregedoria	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA (CGJ)
35	SCGV	Sistema de Cadastro Geral de Vínculos	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
36	SCJUD	Sistema de Cálculo Judicial	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
37	SCON	Sistema de Conteúdo WEB	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
38	SCPA	Sistema de Controle de Permissões e Acesso	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
39	SCPA Novo	Sistema de Controle de Permissões e Acesso	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
40	SCRACHA	Sistema de Crachás	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
41	SDTS	Sistema de Documentação Técnica de Serviços	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
42	SEI	Sistema de Estatísticas e Informações	-
43	SELODIGITAL	Sistema de Gerenciamento de Selos Extraducial	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
44	SELODIGITAL - CARTÓRIO VIRTUAL	Sistema de teste em massa do Selo Digital	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
45	SELODIGITAL - PORTAL	Portal do Selo Digital	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
46	SELOEXTRA	Sistema de Controle de Selos Extrajudiciais	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
47	SELOJUD	Sistema de Controle de Selos Judiciais	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
48	SERVENTIAS	Sistema de Serventias	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
49	SESMEC	Sistema de Gerenciamento da ESMEC	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESMC)
50	SGCC	Sistema de Gerenciamento de Contratos e Convênios	CONSULTORIA JURÍDICA (CONJUR)



SOLUÇÕES DE TIC			
ID	SIGLA	Descrição	Área Gestora
51	SGDS	Sistema de Gestão de Desenvolvimento de Sistemas	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
52	SGM	Sistema de Gestão e Monitoramento de Desenvolvimento de Sistemas	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
53	SGR	Sistema de Gerenciamento de Resultados	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO (SEPLAG)
54	SIABI	Sistema de Automação de Bibliotecas, Arquivos, Museus e Memoriais.	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESMC)
55	SIES	Sistema de Integração E-Social	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
56	SIGNO	Sistema de Gerenciamento de Notícias	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
57	SIOGE	Sistema de Ouvidoria Judicial para controle e acompanhamento das manifestações encaminhadas pela sociedade.	OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO
58	SIPP	Sistema de Pagamento de Pessoal	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
59	SIRH	Sistema Integrado de Recursos Humanos	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
60	SISAUD	Sistema de Auditoria	AUDITORIA ADMINISTRATIVA DE CONTROLE INTERNO
61	SISCONVI	Sistema de Controle de Visitantes	ASSISTÊNCIA MILITAR
62	SISDOC Web	Sistema de controle de processos	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECAD)
63	SISFERC	Sistema de Pagto de Subsídio - Registro Civil	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
64	SISFERMOJU	Sistema de Arrecadação do FERMOJU	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
65	SISGUIA ExtraJudicial Offline	Sistema utilizado pelos Cartórios para cadastrar os atos praticados no período de 03/12/2001 a 05/12/2008.	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
66	SISGUIAS Extrajudicial On-line	Sistema de Guias Extrajudiciais On-line	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
67	SISGUIAS FERMOJU	Sistema de Histórico de Pagamento de Guias do FERMOJU	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
68	SISGUIAS Judicial	Sistema de Guias Judiciais	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)



SOLUÇÕES DE TIC			
ID	SIGLA	Descrição	Área Gestora
69	SISUFERMOJU	Sistema Unificado do Fermoju. Composto atualmente por Três módulos: Depósito Judicial, Portal Emissor de Guias e Arrecadação	SECRETARIA DE FINANÇAS (SEFIN)
70	SNAJ	Sistema de Registro de Plantão Judiciário	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
71	SPES	Sistema de Pesquisa Organizacional	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO (SEPLAG)
72	SPRES	Sistema de Controle de Número de Ofícios	PRESIDÊNCIA
73	SPROMO	Sistema de Promoções de Servidores	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
74	VaiPraOnde	Sistema de orientação espacial por imagens que visa auxiliar o público da comarca de fortaleza a localizar os unidades do prédio do Fórum Clóvis Beviláqua	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO (SEPLAG)
75	VWACESSO	Sistema de Controle de Acesso com Catraca	ASSISTÊNCIA MILITAR
76	Banco de Julgados	Base de Julgados do Portal e-SAJ	COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E BIBLIOTECA
77	CANCUN	Sistema de Consulta de Antecedentes Criminais Unificada	PRESIDÊNCIA
78	CNC	Certidão Negativa Cível e Criminal	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
79	CONJUG	Sistema de Consulta de Julgados	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
80	CPM	Sistema de Consulta Processol Mobile (CPM)	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
81	DJE	Diário da Justiça Eletrônico	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECAD)
82	Eficiência.jus	Sistema de Eficiência de Unidades Judiciárias e Magistrados	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA (CGJ)
83	Gestão à Vista	Painel que irá exibir informações gerencias para a Secretaria Judiciária	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
84	MALOTE DIGITAL	Sistema para envio de documentos administrativos entre as unidades do TJCE e outros Órgãos.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SECAD)



SOLUÇÕES DE TIC			
ID	SIGLA	Descrição	Área Gestora
85	MUMPS - JPC	Sistema Processual - MPS - Tramitação de processos de Juizados Especiais, antigos.	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE FORTALEZA
86	MUMPS - SINJ	Sistema Processual - MPS - Tramitação de processos das Varas de Infância e Juventude, antigos.	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE FORTALEZA
87	PJE	Processo Judicial Eletrônico	COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA
88	PJE - Painel Estatística	Disponibiliza painel estatístico da unidade - PJE.	COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA
89	PJe-SUPORTE	Sistema de suporte ao PJe, automatizando scripts de correção de erros.	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETIN)
90	Portal e-SAJ	Portal de Consultas e Serviços para usuários Externos dos sistemas SAJPG e SAJSG	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
91	PROJUDI	Processo Judicial Digital – Sistema para tramite digital de processos nos Juizados Especiais e Turmas Recursais nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.	COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA
92	Recurso Especial Eletrônico - STJ	Sistema de Recurso Especial Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
93	Recurso Extraordinário Eletrônico - STF	Sistema de Recurso Extraordinário Eletrônico do Supremo Tribunal Federal	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
94	SAJ PG	Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE FORTALEZA
95	SAJ SG	Gestão de Processos Judiciais de 2ª Instância	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
96	SAJPG-Gravação de Audiências	Registro de Audiências em Áudio e Vídeo	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE FORTALEZA
97	SAPRE	Sistema de cadastramento de Ofícios Requisitórios e Cálculos Judiciais de Precatórios	ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS
98	SBJE	Sistema de Buscas de Juizados Especiais	COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DA FAZENDA PÚBLICA



SOLUÇÕES DE TIC			
ID	SIGLA	Descrição	Área Gestora
99	SCONC	Sistema de Conciliação	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA (CGJ)
100	SCP	Sistema de Certidão de Precatórios	ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS
101	SCPU	Consulta Processual Unificada	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
102	SEEU	Sistema Eletrônico de Execuções Unificadas	-
103	SGEC	Sistema de Gerenciamento de Estatísticas da Corregedoria	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA (CGJ)
104	SIMAV	Sistema de Agendamento de Videoconferência	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
105	SIME	Sistema de Mediação	NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
106	SIPER	Sistema de Peritos	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
107	SISCERTIDÃO	Sistema de Certidão Criminal On-line da Comarca de Fortaleza. Fornece certidões criminais obtidas através do SPROC e SAJPG para Comarca de Fortaleza.	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE FORTALEZA
108	SISCERTIDAO - 2º GRAU	Sistema de emissão de certidão negativa para o segundo grau de jurisdição	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
109	SISNUGEP	Sistema do Núcleo de Gerenciamento de Processos	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
110	SPROC	Sistema Processual de 2º e 1º grau das Comarcas do Interior	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)
111	Creche Escola	Fomulário de Pré-Matrícula Creche Escola do Poder Judiciário	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)
112	Portal CIJCE	Portal da da Coordenadoria da Infância e da Juventude	PRESIDÊNCIA
113	Portal Corregedoria	Portal da Corregedoria Geral	CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA (CGJ)
114	Portal da Biblioteca	Portal da Biblioteca do TJCE	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESMC)
115	Portal da ESMEC	Portal da Escola Superior de Magistratura	ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA (ESMC)
116	Portal da Sala de Situação da Presidência	Portal da Sala de Situação da Presidência	PRESIDÊNCIA



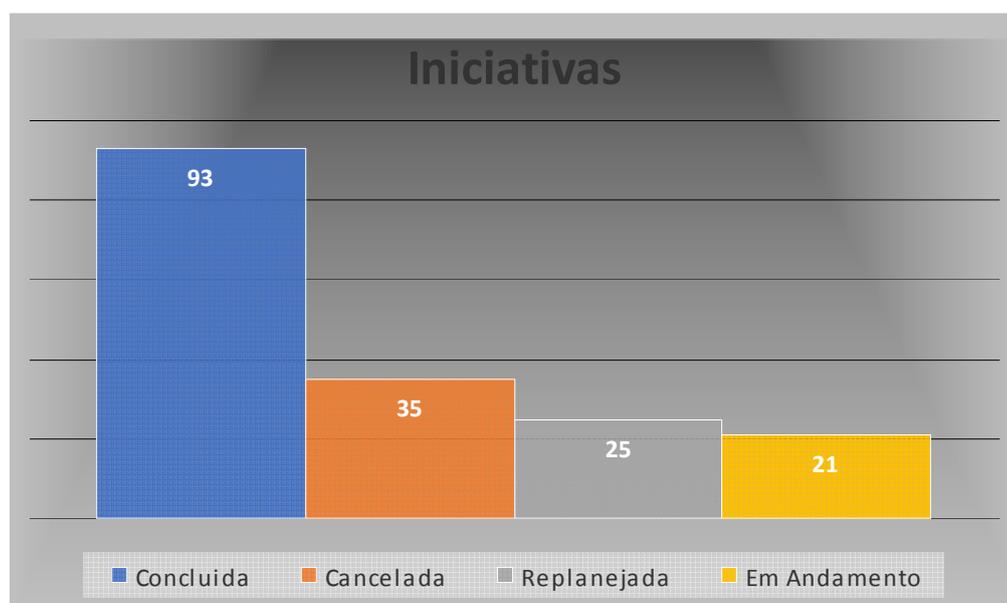
SOLUÇÕES DE TIC			
ID	SIGLA	Descrição	Área Gestora
117	Portal do Juizado da Mulher	O portal Juizado da Mulher tem por finalidade dar proteção a mulher contra as agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais no âmbito doméstico e familiar	PRESIDÊNCIA
118	Portal Internet	Portal Internet do TJCE	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
119	Portal Intranet	Portal Intranet do Poder Judiciário do Estado do Ceará	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO (SEPLAG)
120	Portal PJE	Portal do Processo Judicial Eletrônico	-

8 Resultados do Plano Diretor de TIC - 2017/2018

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2017-2018, cumprindo o papel que lhe é inerente, orientou as atividades e ações que foram realizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação ao longo deste biênio.

A exemplo do PDTI 2015/2016, as necessidades levantadas foram transformadas em iniciativas e ações empreendidas pela Secretaria de Tecnologia de acordo com a disponibilidade orçamentária e de pessoal e ainda com a devida priorização estabelecida na fase de planejamento ou ainda, diretamente priorizada pela Alta Gestão Institucional no decorrer do biênio.

Para fins de demonstração dos resultados alcançados, as iniciativas do PDTI 2017-2018 estão categorizadas nos status de Concluídas, Canceladas, Replanejadas e Em Andamento. Podemos notar então que num total de **174 iniciativas** presentes no PDTI 2017-2018, a maior quantidade refere-se aquelas que foram devidamente concluídas, tais como, Portal NUGEP, Contratações/Prorrogações de Infraestrutura, Desenvolvimento do SISAUD, Implantação de Videoconferência, BNMP 2.0, Absorção do SajAdm e outras.



9 Inventário de Necessidades

Seguindo a metodologia e outras diretrizes e conceitos já estabelecidos, para elaboração deste PDTIC, o termo necessidade denota toda e qualquer necessidade que a área de TI precisa atender, seja para satisfazer demandas externas, seja para melhorar a gestão e os processos da própria área de TI.

A partir do levantamento das necessidades, e, após aplicação dos critérios de priorização, chegamos ao total de 91 necessidades a serem implementadas de acordo com a disponibilidade de pessoal e orçamentária e ainda conforme mudanças nos cenário tecnológico.

9.1 Critérios de Priorização

Inicialmente, foi utilizada a Matriz GUT – gravidade, urgência e tendência. Essa ferramenta é utilizada na priorização de estratégias, tomadas de decisão e solução de problemas.

Para cada necessidade foi estabelecida uma nota de 1 a 5 conforme os itens abaixo:

GRAVIDADE	Impacto do problema sobre coisas, pessoas, resultados, processos ou organizações e efeitos que surgirão em longo prazo, caso o problema não seja resolvido.
URGÊNCIA	Relacionada ao tempo que esse problema deverá levar para acontecer, quanto maior a urgência menor o tempo disponível para resolver esse problema.
TENDÊNCIA	Potencial de crescimento do problema, avaliação da tendência de crescimento, redução ou desaparecimento do problema.

Além da Matriz GUT, outros critérios foram utilizados:



CRITICIDADE	Relaciona-se com o grau de primordialidade que a necessidade deve ser atendida.
RELAÇÃO COM INDICADOR ESTRATÉGICO E/OU PROJETO EM ANDAMENTO	Avalia se a necessidade está relacionada a ações necessárias para cumprimento das metas dos indicadores do Peti em vigência e/ou já é uma necessidade com projeto em andamento para seu atendimento.
VALOR ESTRATÉGICO	Relacionada com a contribuição da necessidade para cada objetivo estratégico do Peti em vigência.
DETERMINAÇÃO LEGAL	Avalia a existência de alguma determinação legal para atendimento da necessidade.

Para evitar atribuição de notas subjetivas, cada critério teve valores de pontuação definidos:

Nota	Gravidade	Urgência	Tendência (se nada for feito...)
5	Extremamente grave	Precisa de ação imediata	Irá piorar rapidamente
4	Muito grave	É urgente	Irá piorar em pouco tempo
3	Grave	O mais rápido possível	Irá piorar
2	Pouco grave	Pouco urgente	Irá piorar a longo prazo
1	Sem gravidade	Pode esperar	Não irá mudar

Nota	Determinação Legal	Projeto em Execução e/ou Demanda Recorrente	Valor Estratégico	Criticidade
5	Há determinação	Já é um projeto em execução e/ou é uma demanda recorrente	$7 < \text{Valor Estratégico} \leq 9$	Obrigatório
4	-	-	$5 < \text{Valor Estratégico} \leq 7$	Crítico
3	-	-	$3 < \text{Valor Estratégico} \leq 5$	-
2	-	-	$1 < \text{Valor Estratégico} \leq 3$	Importante
1	Não há determinação	Não é um projeto em execução e/ou é uma demanda recorrente	$\text{Valor Estratégico} \leq 1$	Desejável



Ao final da indicação de pontuação para cada necessidade, as notas dos critérios foram multiplicadas, resultando em um valor único e permitindo ordenar as necessidades de forma decrescente.

9.2 Necessidades por ordem de Priorização

As necessidades priorizadas neste PDTIC de acordo com os critérios apresentados anteriormente encontram-se listadas abaixo. Para melhor gerenciamento da Setin, as necessidades foram divididas em: Necessidades de Governança e Apoio Técnico, Necessidades de Infraestrutura de TI e Segurança de , Necessidades de Sistemas e Necessidades de Segurança da Informação.

9.2.1 Necessidades de Governança e Apoio Técnico

ID	NECESSIDADE	PRIORIZAÇÃO
N70	Digitalização do acervo processual físico das comarcas do interior do Estado	180
N073	Aquisição/implantação de solução integrada e informatizada de folha de pagamento e de gestão de pessoas	180
N080	Cursos Técnicos para área de Sistemas e Desenvolvimento e Infra de TI (Software Risk Manager; Treinamento em Riscos de Segurança da Informação; Treinamento em Elaboração de Plano de Continuidade de Negócios; Treinamentos e conscientização para usuários; Gestão de Segurança da Informação; Plano de Continuidade de Negócios; Perícia Forense Computacional; Certificação Certified Information Systems Auditor (CISA) pela ISACA; Certificação de Auditor Líder em Sistema de Gestão de Segurança da Informação ISO/IEC 27001; CompTIA Security+; GIAC Security Essentials; Certified Information Systems Security Professional (CISSP); e Certified Information Security Manager (CISM)	80
N081	Renovação da Licença da Plataforma de Treinamento ALURA	80
N090	CMSQ (Certified Manager of Software Quality)	20



9.2.2 Necessidades de Sistemas

ID	NECESSIDADE	PRIORIZAÇÃO
N003	Construção de Sistemas de gerenciamento de bens imóveis ou melhoria nos sistemas de bens imóveis (GSUPLOG)	3125
N004	Construção de Sistema de gerenciamento de bens patrimoniais (GSUPLOG)	3125
N005	Expansão do Sistemas de Processo Eletrônico (SAJ)	3125
N006	Implantação do Eficiência.jus	3125
N009	Implantação de ferramenta de inteligência analítica de dados	1250
N017	Prorrogação SOFTPLAN (CT- 21/2016): Serviços especializados para o sistema integrado de gestão de processos judiciais físicos e digitais de PG e SG, denominado sistema de automação da justiça – SAJ	1250
N030	Expansão do Sistema de Estatística e Informações (SEI)	1250
N032	Depósitos Judiciais	675
N034	Prorrogação LAMPPIT (CT – 22/2017): Fábrica de Software	640
N035	Prorrogação CTIS Tecnologia S/A (CT – 28/2017): Contratação de empresa de prestação de serviços de 3o nível de sistemas	640
N038	Implantação do Pje 2.0	625



ID	NECESSIDADE	PRIORIZAÇÃO
N041	Desativação do SPROC	625
N042	Implantação de ferramenta de inteligência artificial	625
N043	Lotação Paradigma	500
N044	Implantação do Sistema de Correição e Inspeção extrajudiciais	500
N045	Padronização e Integração do Mandado de Prisão	500
N046	Expansão do Projeto de Intimação Eletrônica	400
N047	Construção do SGAM	400
N048	Aquisição de Software de Gestão Estratégica e de Projetos	360
N049	E-Social	360
N050	RubyMine (Ubuntu) - Licença p/ 5 anos	320
N051	PHPStorm (Ubuntu) - Licença p/ 5 anos	320
N052	Serviço de Testes de Software - Contratação de Equipe para realização de testes de Software	320



ID	NECESSIDADE	PRIORIZAÇÃO
N054	Alteração do Portal Extrajudicial (PEX)	320
N060	Construção do novo sistema de Avaliação e Gestão do Desempenho por Competências	240
N061	Criação de Software de Controle e Gerenciamento de Ordem de Serviços (SEADI)	240
N062	Criação/Adaptação de software de gestão de atas e contratos (SEADI)	240
N063	Criação de Software de Gestão de Manutenção (Gestão de ativos)	240
N064	Criação de Sistema de Atualização Funcional de dados referente ao Juiz Leigo, função esta não contemplada no sistema de dados administrativos da SGP do TJCE.	240
N065	Inclusão da competência criminal no Pje para as Comarcas que receberam o sistema Pje na competência cível, para que permaneçam com as matérias dos Juizados Cíveis e Criminais com o mesmo sistema processual	240
N066	Parcelamento de Dívidas Cartorárias (Módulo I)	200
N067	Nova Versão do Sistema SAPRE	180
N068	Criação do Perfil do Magistrado no Portal	180
N069	Ajuda de Custo	180
N071	Implantação de funcionalidades no Saj para garantir cadastro de dados mínimos	180



ID	NECESSIDADE	PRIORIZAÇÃO
N072	Expansão do painel gestão à vista	180
N076	Criação de banco de sentenças	135
N077	Criação do Peticionamento Eletrônico nos Plantões	90
N078	Implantação intimação whatsapp juizados	90
N082	Melhoria nas ferramentas de consulta aos atos normativos e à jurisprudência do TJCE (Ver Site STJ)	60
N083	Construção do Painel de Monitoramento de Processos	60
N086	Ferramenta para consulta das súmulas do TJCE, com informações sobre precedentes que ensejaram a sua aprovação. (Ver site STF e STJ)	40
N087	Sistema Informatizado para gerenciamento dos discentes (Cadastramento dos alunos dos cursos realizados pelo NUPEMEC, com a extração dos alunos inscritos, os que concluíram a fase EAD bem como a presencial e, posteriormente, o cadastramento dos mediadores, conciliadores e os instrutores.)	40
N089	Criação de Portal da Comissão de Licitação através da Ferramenta SharePoint.	40
N091	Sistema de cadastramento de todos os CEJUSCs do Estado do Ceará	10



9.2.3 Necessidades de Infraestrutura de TI e Segurança da Informação

ID	NECESSIDADE	PRIORIZAÇÃO
N001	Adequação dos Data Centers do TJCE e o FCB as Normas Internacionais e Nacionais para Data Centers	3200
N002	Implantação de videoconferência nas comarcas do Poder Judiciário	3200
N007	Manutenção e suporte da ferramenta de Gestão de Riscos (Risk Manager)	1350
N008	Certificados Digitais CNPJ (nova gestão)	1250
N010*	Prorrogação ETICE (CT 44/2018): Acesso às redes de teleinformática de propriedade do Governo do Estado do Ceará (Gigafor - ETICE - Substituição do contrato 16/2013)	1250
N011*	Prorrogação ORACLE (CT – 06/2015): Prestação dos serviços de suporte e atualizações de licenças de software de banco de dados Oracle para os servidores de banco de dados Oracle do Tribunal de Justiça do Ceará.	1250
N012*	Prorrogação CTIS Tecnologia S/A (CT – 07/2015): Serviço de impressão corporativa - "Outsourcing de impressão" - com fornecimento de equipamentos novos multifuncionais, dotados de solução embarcada com Workflow, e impressoras novas, todos de primeiro uso, suprimentos (exceto papel), manutenção corretiva	1250
N013*	Prorrogação Lanlink Soluções e Comercialização em Informática S/A (CT – 26/2015): Prestação de serviço de manutenção corretiva em hardware e software para a solução de serviços do tipo BLADE atualmente em uso pelo TJCE.	1250
N014*	Prorrogação MOB Serviços de Telecomunicações Ltda (CT 09/2016): Serviço de Circuito de Dados para órgãos da administração direta, indireta e outras entidades de interesse do Governo do Estado do Ceará	1250
N015*	Prorrogação Oi Móvel S/A (CT – 10/2016): Serviço de Circuito de Dados para os órgãos da administração direta, indireta e outras entidades de interesse do Governo do Estado do Ceará	1250



ID	NECESSIDADE	PRIORIZAÇÃO
N016*	Prorrogação IBM Brasil (CT – 11/2016): Serviços exclusivos de suporte técnico para manutenção corretiva e preventiva aos equipamentos IBM pertencentes ao TJCE	1250
N018*	Prorrogação Telemar (CT – 31/2016): Serviço de fornecimento de links de conectividade IP, com velocidade de 400 Mbps - cada link, para disponibilizar na internet a publicação e utilização dos serviços que constam no Portal TJCE	1250
N019	Projeto VOIP	1250
N020	Projeto Expansão do Cinturão Digital	1250
N021	Aquisição de servidores de banco de dados;	1250
N022	Aquisição de licenças Vmware (software de virtualização de servidores)	1250
N023	Aquisição de licenciamento Microsoft;	1250
N024	Aquisição de solução CAS;	1250
N025	Aquisição de Antispam	1250
N026	Nova aquisição de Certificado Digital e-cpf;	1250
N027	Aquisição de certificado digital SSL;	1250



ID	NECESSIDADE	PRIORIZAÇÃO
N028	Novo contrato de Antivírus	1250
N029	Aquisição de 5000 ¹ computadores;	1250
N031	Licenças do Sistema de Gerenciamento de Riscos (Risk Management System)	900
N033	Ferramentas de auditoria para o Gerenciamento de Usuários e Correio Eletrônico	640
N036	Novo contrato do Service Desk;	640
N037	Aquisição de consumíveis para Scanners de grande porte	640
N039	500 Leitoras de DVD/CD - externo, para gravação de Audiência dos Mini PC;	625
N040	Impressoras Juizado Móvel – 06	625
N053	Aquisição de Software de auditoria do AD	320
N055	MacBook Pro com processador Intel Core i7 Quad Core com Tela Retina 15.4 16GB 256GB – Apple	270
N056	Aquisição de 6 Estações Gráficas	270



ID	NECESSIDADE	PRIORIZAÇÃO
N057	Aquisição de 04 Micros Completos com 2 telas	270
N058	Aquisição de novos equipamentos de TI (desktops, notebooks e monitores/tv acima de 32 polegadas) – (Projeto: Modernização Tecnológica)	270
N059	Licenciamento das Ferramentas de Segurança do Banco de Dados (Oracle) (Audit Vault - Database Firewall e Data Masking)	270
N074	Disponibilização de software para edição de arquivos em formato PDF, necessário para criação e edição de arquivos que são publicados no Portal do TJCE e no Sistema Licitações-e. (CPL)	135
N075	Aquisição de TVs para salas de Reunião SETIN – 10.	135
N079	Sistema/Equipamentos para VideoConferência (caixa de som)	80
N084	Aquisição de 3 Licenças Photoshop; 3 licenças Illustrator; 3 licenças InDesign; 3 licenças Premiere; 3 licenças Acrobat Pro; 1 licença Sony Vegas; 3 licenças Corel Draw	40
N085	10 licenças do Adobe Acrobat Professional	40
N088	Pacote Adobe 2016: Photoshop CC, Illustrator CC, InDesign CC, Acrobat Pro DC, Lightroom, Premiere Pro, Fuse CC, Bridge, Fireworks CC	40



9.3 Necessidades não elencadas para o PDTIC 2019-2020

As necessidades não priorizadas para implementação neste PDTIC encontram-se listadas abaixo. Tais necessidades poderão ser reavaliadas na elaboração do próximo PDTIC 2021-2022 caso já não tenham sido atendidas por outro método ou ainda considerando a continuidade de implantação da necessidade pela área solicitante.

NECESSIDADES
Reestruturação do Portal CIJ
Implantação do Sistema Redmine
Aprimoramento da Gestão de Despesa
Envio arquivo de diárias para banco
Automatização da conferência da Folha de Pagamento do TJCE
Melhoria de Acesso ao SAJADM (Lentidão; melhoria no chrome)
Ferramenta de envio por lote no Malote Digital
Ferramenta de Extração de dados conforme orientação do CNJ (verificar anexo enviado pela coordenadoria)
Criação de um sistema único de gerenciamento de precedentes vinculantes oriundos desta Corte e das Superiores, com a uniformização das nomenclaturas utilizadas para designar os assuntos, afim de facilitar o controle dos processos deste Tribunal que abordem os temas afetados para julgamento sobre a sistemática dos recursos repetitivos e repercussão geral, inclusive com cruzamento de dados relativos aos processos em curso.
Infraestrutura de rede lógica e elétrica para os equipamentos e sistemas (Projeto: Controle de Acesso físico às dependências do Poder Judiciário – Ação: implementação de catracas eletrônicas com sistema de cadastro de servidores e visitantes)
Infraestrutura para implantação do sistema de gerenciamento de eventos contando com Videomonitoramento (CFTV), armazenamento e recuperação de imagens com a possibilidade também de instalação de botão de pânico para um eficaz acionamento das providências (Projeto: Monitoramento dos prédios do Poder Judiciário)
Acesso ao Sistema de Consulta de Antecedentes Criminais Unificada – CANCUN (Projeto: Acompanhamento de possíveis ameaças a Magistrados e/ou servidores do Poder Judiciário Cearense / Ação: Vara de Delitos de Organizações Criminosas)



NECESSIDADES
Aquisição de solução projetada para detectar sinais de emissão de rádio frequências ilícitas (Projeto: Acompanhamento de possíveis ameaças a Magistrados e/ou servidores do Poder Judiciário Cearense / Ação: Prevenção contra emissão de rádio frequências (escutas ambientais)
Aquisição de ferramenta que bloqueia gravações indesejadas (Projeto: Acompanhamento de possíveis ameaças a Magistrados e/ou servidores do Poder Judiciário Cearense/Ação: Prevenção a gravações não autorizadas)
Aquisição de solução integrada para coleta, armazenamento e análise de vínculos com base na maior fonte de dados, a internet – Ferramenta de coleta, armazenamento e busca de informações em fontes e formatos extremamente amplos (Ver Orbit: www.orbitinf.com.br e Suntech: www.suntech.com.br) - Projeto: Acompanhamento de possíveis ameaças a Magistrados e/ou servidores do Poder Judiciário Cearense.
Aquisição de sistemas de comunicação dissimulada entre agentes para aplicações nas áreas de inteligência e segurança (Projeto: Acompanhamento de possíveis ameaças a Magistrados e/ou servidores do Poder Judiciário Cearense/ Ação: Comunicação efetiva e discreta)
Atualização e Modernização do SIME
Adaptação do Sistema SCON
Melhoramento do Sistema de Intimação Eletrônica
Relógio de Ponto
Aprimoramento da integração entre o cadastro de ativos/inativos/dependentes no GRH e no SIPP
Automatizar a margem consignável
Sistema de Progressão e Promoção
Folha de Pagamento
Solicitação de Diárias
Desenvolvimento do Módulo de Concurso no GRH (cadastro de cargos efetivos)
Melhoria do Módulo de Medicina no GRH (cadastro de atestado e atendimento/marcação de consultas)
Desenvolvimento do Módulo de Treinamento no GRH
Sistema de Terceirização



NECESSIDADES
Ajuste no Sistema de escala de férias do servidor
Funcionalidade para sistemática de atualização anual de dados dos servidores ativos/inativos/dependentes
Implantação dos fluxos dos processos de responsabilidade da inspetoria
Automação da análise da prestação de contas dos interinos (arrecadação)
Automação do monitoramento da cobrança das custas judiciais (arrecadação)
Revisão do Modulo de custas do SAJ
Automação do calculo e elaboração da folha de ressarcimento do RCPN (arrecadação)
Adequação do Painel Estatístico do Pje em conformidade com as regras definidas pela Seplag para fins de extração de estatística para envio ao CNJ
Implementação de sistema para consulta dos julgados das Turmas Recursais com integração de consultas dos processos em trâmite nos Sistemas Pje e Saj, bem como com uso de vários filtros de pesquisa.
Automatização dos processos de trabalho executados atualmente pela CPL, nas modalidades Pregão, na forma presencial e eletrônica, Concorrência Pública e Tomada de Preços. (CPL).
Para Ruby On Rails: Metasploit - listar a existência de vulnerabilidades Ruby Advisory DB; Hakiri Facets; Hakiri Toobelt; Rubocop => é mais para avaliação de qualidade código;
Para Java: FindBugs Verificação estática de código Java. Procura por possíveis falhas de segurança no código. http://findbugs.sourceforge.net LAPSE Auxilia na verificação da validação dos parâmetros de aplicações web. http://suif.stanford.edu/~livshits/work/lapse/ Paros Proxy Proxy que permite interceptar as requisições e repostas HTTP e alterá-las. Tem funcionalidade de site crawling e scan por vulnerabilidades mais simples. http://www.parosproxy.org/ RatProxy Proxy para avaliação de segurança em sites de web 2.0 http://code.google.com/p/ratproxy/ AntiSamy Permite verificar se trechos de código HTML estão de acordo com uma política pré-definida Assim, a aplicação pode permitir que os usuários forneçam trechos formatados como HTML mas ainda filtrar tags perigosas. http://www.owasp.org/index.php/Category:OWASP_AntiSamy_Project Stinger Fornece uma infra-estrutura centralizada de validação das entradas de aplicações J2EE. http://www.owasp.org/index.php/Category:OWASP_Stinger_Project BouncyCastle Implementação das APIs de criptografia da plataforma Java (JCA/JCE), incluindo funcionalidades adicionais. http://www.bouncycastle.org Jasypt Biblioteca com funções simplificadas para uso de criptografia em Java



NECESSIDADES
Estratégias para gerenciar massa de dados em testes + DbUnit - Licença p/ 4 pessoas
Curso Estimativas de Software: Reduzindo as incertezas de esforço, prazo e custo (on-line) - Curso p/ 4 pessoas
Engenharia de Requisitos: Software Orientado ao Negócio - Curso p/ 4 pessoas
Contratação de serviços de desenvolvimento de software utilizando métodos ágeis - Curso p/ 3 pessoas
Trilhas Devops - Curso p/ 4 pessoas
DevOps para o Time de Desenvolvimento - Curso p/ 4 pessoas
DevOps para o Time de Operações - Curso p/ 4 pessoas
Full Stack DevOps - Curso p/ 4 pessoas
Base D-1 da SAJ PG e SG
500 notebooks - Magistrados e outras demandas
Nobreak/Estabilizador para estação de trabalho;
Construção e/ou melhoramento dos sistemas de gestão de veículos (GSUPLOG)
Migração PROJUDI-Pje
Compra de No-Breaks
Servidor exclusivo para o Pentaho



10 Plano de Contratações*

Prorrogação ETICE (CT 44/2018)	
Unidade: Suporte Técnico	Prazo: 2º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 696.058,80	Categoria do Gasto: Custeio
Desembolso 1º grau: R\$ 666.453,45	Desembolso 2º grau: 29.605,35
Prorrogação ORACLE (CT – 06/2015)	
Unidade: Suporte Técnico	Prazo: 1º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 500.474,72	Categoria do Gasto: Custeio
Desembolso 1º grau: R\$ 475.450,96	Desembolso 2º grau: R\$ 25.023,76
Prorrogação CTIS Tecnologia S/A (CT – 07/2015)	
Unidade: Operação	Prazo: 1º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 2.680.958,00	Categoria do Gasto: Custeio
Desembolso 1º grau: 2.252.004,72	Desembolso 2º grau: 428.953,28
Prorrogação MOB Serviços de Telecomunicações Ltda (CT - 09/2016):	
Unidade: Suporte Técnico	Prazo: 1º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 103.784,22	Categoria do Gasto: Custeio
Desembolso 1º grau: R\$ 103.784,22	Desembolso 2º grau: -
Prorrogação Oi Móvel S/A (CT – 10/2016)	
Unidade: Suporte Técnico	Prazo: 1º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 2.101.080,51	Categoria do Gasto: Custeio
Desembolso 1º grau: R\$ 2.101.080,51	Desembolso 2º grau: -
Prorrogação IBM Brasil (CT – 11/2016)	
Unidade: Suporte Técnico	Prazo: 2º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 96.560,08	Categoria do Gasto: Custeio
Desembolso 1º grau: R\$ 91.732,08	Desembolso 2º grau: R\$ 4.828,00



Prorrogação Softplan (CT – 21/2016)	
Unidade: Sistemas	Prazo: 2º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 5.358.448,38	Categoria do Gasto: Custeio e Investimento
Desembolso 1º grau: R\$ 3.622.299,19	Desembolso 2º grau: R\$ 1.736.149,19
Prorrogação Telemar (CT – 31/2016)	
Unidade: Suporte Técnico	Prazo: 2º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 120.295,95	Categoria do Gasto: Custeio
Desembolso 1º grau: R\$ 114.281,13	Desembolso 2º grau: R\$ 6.014,82
Prorrogação Lamppit (CT – 22/2017)	
Unidade: Desenvolvimento de Sistemas	Prazo: 1º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 764.155,84	Categoria do Gasto: Custeio e Investimento
Desembolso 1º grau: R\$ 515.805,22	Desembolso 2º grau: R\$ 248.350,62
Prorrogação CTIS (CT – 28/2017)	
Unidade: Sistemas Administrativos	Prazo: 2º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 637.473,28	Categoria do Gasto: Custeio
Desembolso 1º grau: R\$ 464.409,04	Desembolso 2º grau: R\$ 173.064,24
Aquisição Computadores (2 telas)	
Unidade: Operação	Prazo: 2º semestre de 2019
Valor Total Estimado: R\$ 5.766.000,00	Categoria do Gasto: Investimento
Desembolso 1º grau: R\$ 3.844.000,00	Desembolso 2º grau: R\$ 1.922.000,00

* Foi contemplado apenas as prorrogações para 2019 e uma possível aquisição



11 Plano de Gestão de Risco

O plano de gestão de riscos possui o objetivo de identificar e tratar os riscos que podem afetar a execução das metas e ações planejadas neste PDTIC, levando em consideração a probabilidade de ocorrência, o impacto e os critérios de aceitação dos riscos.

11.1 Critérios de análise dos riscos

Para cada risco identificado, analisou-se a probabilidade e impacto de ocorrência, aplicando-se uma escala com 5 níveis de classificação. Os critérios utilizados para realizar a classificação em cada um desses níveis são apresentados a seguir.

ANÁLISE DO RISCO		
VALOR	IMPACTO	PROBABILIDADE
1	MUITO BAIXO	IMPROVÁVEL
2	BAIXO	POUCO PROVÁVEL
3	MÉDIO	PROBABILIDADE MÉDIA
4	ALTO	PROVÁVEL
5	MUITO ALTO	MUITO PROVÁVEL

IMPACTO DO RISCO	
MUITO ALTO	1 – Os efeitos do evento são críticos;
	2 – Quando estes eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto, somente podem ser reparados através de replanejamento, necessitando de renegociação entre as partes;
	3 – A responsabilidade para resolução desses eventos incide, geralmente, sob níveis hierárquicos superiores;
	4 – Deve ser analisado se o projeto ou a iniciativa relacionada deve prosseguir ou ser cancelada.



IMPACTO DO RISCO	
ALTO	1 – Os efeitos do evento são elevados;
	2 – Quando estes eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto, somente podem ser reparados através de replanejamento, necessitando de renegociação entre as partes;
	3 – Gerentes, líderes e gestores necessitam de autorização superior e atuação em conjunto para tratar eventos deste tipo.
MÉDIO	1 – Os efeitos do evento são moderados;
	2 – Quando estes eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto, somente podem ser reparados através de replanejamento, necessitando de renegociação entre as partes;
	3 – Gerentes, líderes e gestores necessitam de autorização superior para tratar eventos deste tipo.
BAIXO	1 – Os efeitos do evento são baixos;
	2 – Quando estes eventos afetam o custo, o prazo ou a qualidade do projeto, podem ser facilmente reparados não causando ameaças ao sucesso do projeto;
	3 – Gerentes, líderes e gestores não necessitam de autorização superior para tratar eventos deste tipo.
MUITO BAIXO	1 – Os efeitos do evento são imperceptíveis;
	2 – Não requerem ações de prevenção.
	3 – Na maioria das vezes, o custo da prevenção do risco é maior que o custo do evento do risco.

PROBABILIDADE DO RISCO	
MUITO PROVÁVEL	1 – Quase certeza de acontecer o evento;
	2 – Estima-se em maior que 90% a chance deste evento ocorrer.
PROVÁVEL	1 – Grande probabilidade de acontecer o evento;
	2 – Estima-se entre 70 e 90% a chance deste evento ocorrer.
PROBABILIDADE DE MÉDIA	1 – É comum a ocorrência deste tipo de evento;
	2 – Estima-se entre 30 e 70% a chance deste evento ocorrer.
POUCO PROVÁVEL	1 – Dificilmente pode acontecer o evento;
	2 – Estima-se entre 5 e 30% a chance deste evento ocorrer.
IMPROVÁVEL	1 – Chance muito rara de acontecer o evento;
	2 – Estima-se em menos de 5% a chance deste evento ocorrer.



Após a classificação, foi identificado o grau de exposição de cada risco e realizado o planejamento de resposta aos riscos, contemplado a estratégia de tratamento, as medidas de contingência e os responsáveis pelo tratamento do risco.

MATRIZ DE EXPOSIÇÃO AO RISCO					
Cálculo: $E = P \times I$					
PROBABILIDADE	IMPACTO				
	1	2	3	4	5
	2	4	6	8	10
	3	6	9	12	15
	4	8	12	16	20
	5	10	15	20	25

GRAU DE EXPOSIÇÃO AO RISCO	
Exposição baixa	Resultados de 1 a 6.
Exposição média	Resultados de 8 a 12.
Exposição alta	Resultados de 15 a 20.
Exposição muito alta	Resultado igual a 25.

Ressalta-se que a análise realizada neste plano tem caráter preliminar, pois ainda não existem informações detalhadas sobre o escopo das ações que permitam realizar uma análise de riscos mais aprimorada.



11.2 Identificação e tratamento dos riscos

ID do Risco	Análise do Risco						Tratamento do Risco			
	Identificação do Risco		Estimativa do Risco				Estratégia	Resposta	Contingência	Responsável
	ID das necessidades expostas ao risco	Risco	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Exposição (PxI)					
R1	N001; N002; N005; N009-N029; N034-N037; N057; N058	Falta de Recursos Humanos	4	4	16	Alta	Mitigar	Avaliar a possibilidade de realocação de servidores para apoiar a realização das ações prioritárias.	Replanejar as ações de acordo com os recursos disponíveis.	Setin
R2	N003; N004; N030; N044-N047; N049; N054; N060; N067; N073; N091	Mudança de Requisitos	3	3	9	Média	Evitar	Detalhar os requisitos ao máximo junto ao cliente.	-	Sistemas
R3	N005; N038; N041-N043; N045-N047; N049; N060; N064-N066; N078	Falta de Normativo para tratar do assunto	4	3	12	Média	Mitigar	Consultar a área e/ou a Alta Administração quanto a melhor forma de atuar na questão.	-	Setin
R4	N008; N010-N018; N021-N029; N031; N034-N037; N039; N040; N055-N059; N075; N084; N085	Não Contratação em tempo hábil em razão do processo de contratação não finalizar na data prevista	4	3	12	Média	Mitigar	Caso não contratado no ano planejado, buscar recursos orçamentários para execução no exercício seguinte.	Contratar no exercício posterior.	Infraestrutura / Sistemas



ID do Risco	Análise do Risco						Tratamento do Risco			
	Identificação do Risco		Estimativa do Risco				Estratégia	Resposta	Contingência	Responsável
	ID das necessidades expostas ao risco	Risco	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Exposição (PxI)					
R7	N001-N091	Falta de apoio das Secretarias e da Alta Administração	3	3	9	Média	Mitigar	Realizar ações de conscientização sobre a importância da Gestão de TIC.	-	Setin
R8	N001-N091	Falta de apoio do CGTI	2	3	6	Baixa	Mitigar	Realizar ações de conscientização sobre o papel estratégico do CGTI.	-	Setin
R9	N001-N091	Descompromisso das Unidades da Setin com o PDTIC	2	3	6	Baixa	Mitigar	Acompanhar execução do plano e realizar ações de conscientização.	Realizar ações adicionais de acompanhamento e incentivo.	Setin



12 Fatores Críticos de Sucesso

Os fatores críticos de sucesso de referem às condições que devem, necessariamente, ser satisfeitas para que o PDTIC alcance a efetividade esperada e se torne um importante instrumento de aperfeiçoamento da governança do órgão. Nesse contexto, foram identificados os principais fatores críticos:

- Envolvimento do Comitê Gestor de TI – CGTI no acompanhamento e decisões das ações de TI do TJCE;
- Apoio da alta direção do TJCE;
- Comprometimento das áreas da Setin, responsáveis pela execução das ações propostas no PDTIC, na prestação de informações sobre o seu andamento à área de Governança;
- Maior aproximação da Setin com as áreas de negócio do TJCE;
- Disponibilidade de recursos orçamentários e humanos proporcionais aos desafios propostos no PDTIC.



13 Conclusão

A Setin desempenha um papel estratégico no TJCE, atuando em conjunto com as demais Secretarias no sentido de promover o apoio tecnológico necessário para subsidiar as atividades finalísticas do órgão. O PDTIC é um documento de extrema importância, pois traduz o planejamento das ações de TI do TJCE para os próximos dois anos, visando ao alcance das metas e objetivos institucionais.

Vale ressaltar o caráter dinâmico do PDTIC, de modo que ao longo da sua vigência, serão necessárias atualizações e revisões que deverão ser aprovadas pelo CGTI. Durante a validade do PDTI ocorrerá no mínimo uma revisão por ano. Atualizações e demandas excepcionais deverão ser encaminhadas ao CGTI para avaliação e discussão.

Por fim, destacamos que a implementação das ações previstas neste PDTIC importará a realização de gastos orçamentários a serem utilizados para a modernização da infraestrutura, dos sistemas e dos processos de TI e para a capacitação dos servidores nas novas tecnologias. Essas ações serão cruciais para a otimização dos processos de trabalho das áreas de negócios e a disponibilização de novas funcionalidades e serviços de TI, bem como o provimento de soluções de TI com maior celeridade, confiabilidade e segurança.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n
Cambéa - Fortaleza - Ceará - CEP: 60822-325 - Fone: (85) 3207-7000 - www.tjce.jus.br